

**XIV CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DA 15ª  
REGIÃO**

**2ª PROVA ESCRITA - PONTO Nº 7**

1. A reclamante alegou que foi admitida em 01.04.97, por contrato de experiência com prazo de 60 dias. Em 31.05.97, sofreu acidente do trabalho. Em defesa, a reclamada alegou que a reclamante não tem direito à estabilidade em face do tipo de contrato firmado. É pertinente a tese estampada na contestação?
2. Em regular processo de licitação, o Governo Federal cedeu a exploração dos ativos de uma empresa para um grupo econômico, pelo prazo de 20 anos. O grupo econômico é sucessor da empresa quanto aos contratos já extintos por ocasião da cessão? Qual a responsabilidade do grupo econômico em face dos contratos em andamento?
3. O art. 7º, VI, da Constituição Federal, assegura correção automática dos salários em período de economia inflacionária?
4. Mediante assinatura de Termo de Adesão, o trabalhador passou a prestar serviços à Casa de Saúde da cidade, instituição privada sem fins lucrativos, porque pretendia se dedicar, por motivos humanitários, ao tratamento de doentes. O trabalhador cumpria jornada previamente fixada e era ressarcido de suas despesas. Há vínculo empregatício no caso vertente? Discorra a respeito.
5. A reclamada, apesar de instada a fazê-lo, deixou de impugnar os cálculos apresentados pelo reclamante, no prazo que lhe foi deferido. Qual o instituto aplicável? O juiz deve homologar os cálculos apresentados pelo reclamante, independentemente de qualquer apreciação?
6. O Ministério Público propôs Ação Civil Pública de natureza cautelar requerendo a indisponibilização do patrimônio de empregador que, comprovadamente, estava a dilapidá-lo e a descumprir direitos trabalhistas. O requerimento foi atendido, independentemente da oitiva da parte contrária. Por quanto tempo o patrimônio do réu poderá permanecer indisponível? É necessária a propositura de ação principal? Quais são os requisitos para o ajuizamento da presente ação?
7. O Ministério Público do Trabalho ajuíza ação anulatória de cláusula de convenção coletiva de trabalho que estabelece contribuição assistencial, sem garantir a possibilidade do trabalhador discordar do respectivo desconto. No julgamento da ação anulatória a Justiça do Trabalho exerce seu poder normativo? Pode o juízo, ao anular a cláusula tachada de ilegal, substituí-la por outra que se enquadre no disposto na lei? A que órgão cabe conhecer, instruir e julgar, originariamente, a ação anulatória?
8. Discorra sobre a eficácia das normas contidas em medida provisória reiteradamente reeditada e convertida em lei apenas 12 meses após a sua primeira publicação.